



Câmara Municipal de Arceburgo

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

DISPENSA Nº 041/2025

COM BASE NO ARTIGO Nº 75, INCISO II DA LEI Nº 14.133/21

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ARCEBURGO**, inscrita no CNPJ nº 12.215.076/0001-13, com sede à Rua José Bonifácio, nº 691 - Alto do Cruzeiro, Arceburgo/MG - CEP 37.820-000, por intermédio do Setor de Compras, torna público que, realizará **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos do artigo nº 75, inciso II da Lei nº 14.133/21, e as exigências estabelecidas neste aviso de contratação, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:	DIA 12/09/2025, ÀS 16:30 HORAS
REFERÊNCIAS DE HORÁRIO:	HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:	compras@camaraarceburgo.mg.gov.br
LINK DO AVISO DE CONTRATAÇÃO:	Câmara Municipal de Arceburgo (www.camaraarceburgo.mg.gov.br)

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta Dispensa a contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos permanentes (câmeras e mesa controladora) para as atividades da Câmara Municipal de Arceburgo, conforme Termo de Referência (Anexo I).

1.2. Compõem este Aviso de contratação, além das condições específicas, os seguintes documentos:

1.2.1. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

1.2.2. ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Poder Legislativo Municipal de Câmara Municipal de Arceburgo/MG, para exercício de 2025, na classificação abaixo:

Ficha 02

3. DO VALOR ESTIMADO

3.1. O valor global médio para contratação será de R\$ 12.834,30 (doze mil e oitocentos e trinta e quatro reais e trinta centavos).

Entidade Pesquisada	Fonte	Valor
José Carlos Moisés Vicente – CNPJ: 16.782.521/0001-88	Pesquisa direta via e-mail	R\$ 12.381,80
Rafael Emídio Silva – CNPJ: 40.961.262/0001-37	Pesquisa direta via e-mail	R\$ 12.771,12
Robson Mateus Avelino – CNPJ: 21.436.222/0001-21	Pesquisa direta via e-mail	R\$ 13.350,00



Câmara Municipal de Arceburgo

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

4. PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO

4.1. A presente **DISPENSA DE LICITAÇÃO** ficará **ABERTA POR UM PERÍODO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, a partir da data da divulgação no site e os respectivos documentos deverão ser encaminhados ao e-mail: compras@camaraarceburgo.mg.gov.br, preferencialmente fazendo referência a **DISPENSA**.

4.1.1. **Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 12/09/2025 às 16:30 horas.**

4.2. Habilitação Jurídica e Fiscal

4.2.1. Documentos Pessoais: RG e CPF;

4.2.2. Cartão do PIS/Pasep (quando pessoa física);

4.2.3. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ (quando pessoa jurídica);

4.2.4. Contrato Social em vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores; Estatuto Social devidamente registrado acompanhado a última ata de eleição de seus dirigentes devidamente registrados em se tratando de sociedades civis com ou sem fins lucrativos. Quando se tratar de empresa pública será apresentado cópia das leis que a instituiu; Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – MEI;

4.2.5. Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa comprovando sua regularidade com a Fazenda Federal, incluindo a regularidade relativa às contribuições sociais devidas ao INSS (Certidão Unificada, de acordo com a portaria MF 358 de 05/09/2014);

4.2.6. Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;

4.2.7. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando sua regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da Licitante;

4.2.8. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa da Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da Licitante;

4.2.9. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa do Poder Judiciário da Justiça do Trabalho, na forma do art. 29, V, da Lei 8.666/93, com a redação dada pela lei 12.440/2011;

4.2.10. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

4.2.11. Qualificação Técnica: Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens ou prestação de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

4.3. Proposta de Preço/Cotação

4.3.1. A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II, ou em modelo próprio, desde que contenha todas as informações ali previstas, com identificação da pessoa jurídica proponente, nº CNPJ, endereço, números de telefone, número desta licitação, sendo rubricada, datada e assinada pelo representante legal da empresa, devidamente identificado e qualificado, sem emendas, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocadamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Câmara ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, constando:

a) Descrição completa e detalhada dos materiais, conforme descritivo constante do anexo I, sob pena de desclassificação.



Câmara Municipal de Arceburgo

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

- b) Identificação dos preços em moeda corrente nacional (R\$ - Real);
- c) Nos preços propostos para a entrega dos materiais incluirá despesas com transporte, tributos e demais custos;
- d) Prazo de validade da proposta mínima de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de abertura dos envelopes de proposta comercial, sendo que a omissão do prazo de validade de proposta, ou prazo inferior ao estipulado, será considerado como sendo o prazo mínimo exigido, ou seja, 60 (sessenta) dias.
- e) Os preços oferecidos deverão ser expressos em números inteiros com 02 (dois) dígitos após a vírgula. Ex: 1,11.

4.3.2. As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Aviso de contratação serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.

4.3.3. Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Aviso de contratação. Devendo obedecer ao valor estipulado pelo Poder Legislativo.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento ocorrerá até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei nº 14.133/21.

5.2. Para realização dos pagamentos, o licitante vencedor deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante processo de habilitação.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. Poderá o Poder Legislativo revogar o presente Aviso de contratação da DISPENSA DE LICITAÇÃO no todo ou parte, por conveniência e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

6.2. A Câmara deverá anular o presente Aviso de contratação da DISPENSA DE LICITAÇÃO, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

6.3. A anulação do procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei nº 14.133/21.

6.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Poder Legislativo.

Arceburgo, 09 de setembro de 2025.

Sandra Maria Melati Cordeiro Brasil
Agente de Contratação

Reginaldo Fernandes Carvalho
Presidente da Câmara Municipal



Câmara Municipal de Arceburgo
Estado de Minas Gerais
Poder Legislativo

ANEXO I

DISPENSA Nº 041/2025 COM BASE NO ARTIGO Nº 75, INCISO II DA LEI Nº 14.133/21

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto do presente Termo de Referência a contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos permanentes (câmeras e mesa controladora) para as atividades da Câmara Municipal de Arceburgo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

2. DA ESPECIFICAÇÃO, VALOR E ITENS

2.1. A empresa vencedora deverá entregar, conforme preços médios abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD.	VALOR UNITÁRIO MÉDIO	VALOR TOTAL MÉDIO
1	CÂMERA PTZ 4K TRANSMISSÃO AO VIVO HDML, IP, USB, ZOOM20	unidade	02	R\$ 3.596,93	R\$ 7.193,86
2	MESA CONTROLADORA CFTV E SPEED DOME	unidade	01	R\$ 1.204,97	R\$ 1.204,97
3	BLACKMAGIC SWITCHER ATEM MINI PRO HDMI LIVE STREAMING	unidade	01	R\$ 4.435,47	R\$ 4.435,47
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 12.834,30

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. Considerando a necessidade de assegurar a transparência dos atos do Poder Legislativo, em especial quanto à ampla divulgação e acompanhamento das sessões plenárias e demais reuniões realizadas pelos vereadores da Câmara Municipal de Arceburgo, faz-se necessária a aquisição de equipamentos adequados para a transmissão ao vivo e gravação em alta qualidade.

Atualmente, os recursos disponíveis não atendem de forma satisfatória às demandas de registro e divulgação, prejudicando a clareza da imagem, a qualidade do som e a confiabilidade do material transmitido à população. A implantação de câmeras profissionais e de uma mesa controladora é imprescindível para garantir maior eficiência na operação, permitir a alternância entre diferentes ângulos de filmagem e oferecer um produto final de melhor qualidade técnica, fortalecendo a transparência pública.

Diante da urgência em disponibilizar à comunidade a adequada transmissão das sessões, e considerando a inviabilidade prática de se realizar processo licitatório completo em tempo hábil, a contratação por dispensa de licitação mostra-se o meio mais eficiente para a solução imediata da demanda, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Portanto, a presente aquisição tem por finalidade garantir a modernização do sistema de gravação e transmissão das reuniões, ampliando o acesso da população às atividades legislativas e promovendo maior transparência e credibilidade institucional.

4. DA RAZÃO DA DISPENSA

4.1. Trata-se de contratação realizada sob a obediência ao estabelecido Art. 75, II da Lei 14.133/2021,



Câmara Municipal de Arceburgo

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

tendo como critério de seleção o menor preço global.

4.2. Demonstrada a necessidade de contratação, a Câmara Municipal se admite a contratação direta, caracterizada através de Processo de Dispensa de Licitação, que justificável e legalmente amparada, atendendo aos interesses deste Poder Legislativo.

5. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento ocorrerá até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal e atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

5.2. A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/21.

6. DO LOCAL DE ENTREGA

6.1. Os PRODUTOS serão fornecidos integral e imediatamente e serão entregues com todas as despesas com frete, embalagens, tributos, taxas, e quaisquer outras despesas por conta da CONTRATADA.

6.2. Não serão aceitos, sob quaisquer pretextos, produtos que não atendam aos requisitos préestabelecidos neste Edital e seus anexos. Assim a empresa vencedora deverá estar cientes das especificações e da qualidade de seus produtos, sob pena de devolução dos mesmos que não atenderem estes quesitos.

6.3. Produtos entregues fora da especificação do edital deverão ser substituídos no prazo máximo de 3 (três) dias sem qualquer ônus para a Câmara.

7. DO PRAZO DE ENTREGA E DA VIGÊNCIA

7.1. A entrega será em até 15 (quinze) dias. A presente contratação não gerará contrato formal, tendo a Nota de Empenho força de contrato e a relação extinguirá após a entrega do objeto e apresentação da Nota Fiscal e respectivo pagamento.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Compete à CONTRATANTE designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato, podendo ainda contratar terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

8.2. A CONTRATANTE deverá executar fielmente o Contrato de acordo com as Cláusulas avençadas e as normas da Lei, especialmente quanto ao pagamento, tendo em vista a natureza do objeto contratado.

8.3. Em caso de cancelamento do pagamento por parte da CONTRATANTE, antes do vencimento do presente Contrato, responderá a mesma pelos danos causados e pela inexecução do Contrato, tudo de conformidade com a Legislação vigente.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA obriga-se a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do mesmo.



Câmara Municipal de Arceburgo

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

9.2. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições de habilitações e qualificação apresentadas durante o certame.

9.3. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE.

9.4. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.

9.5. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos estabelecidos nesta Cláusula, não transfere a CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.

10. DO ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. A fiscalização do presente Contrato será exercida pelo Fiscal de Contratos da Câmara, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência ao Poder Legislativo;

10.2. Durante todo o período de vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente sempre que for necessário;

10.3. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações;

10.4. O relatório de entrega dos serviços será destinado ao registro de fatos e comunicações pertinentes aos mesmos.

10.5. Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo contratante.

11. DAS SANÇÕES

11.1. Nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/21, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderá acarretar as seguintes sanções:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, o funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas acima, as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156 da Lei nº 14.133/21.

- a) O valor da multa, aplicada será descontado imediatamente no pagamento subsequente, sendo ainda



Câmara Municipal de Arceburgo
Estado de Minas Gerais
Poder Legislativo

aplicado juros de mora de 1,00% (um por cento) ao mês, ou 0,0333% por dia de atraso.

- b) Na impossibilidade de desconto no pagamento subsequente, será liquidado do seguro caução previsto neste instrumento.
- c) As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.
- d) No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o CONTRATANTE poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo CONTRATANTE, o valor retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

Arceburgo, 09 de setembro de 2025.

Sandra Maria Melati Cordeiro Brasil
Agente de Contratação

Reginaldo Fernandes Carvalho
Presidente da Câmara Municipal



Câmara Municipal de Arceburgo
Estado de Minas Gerais
Poder Legislativo

ANEXO II

DISPENSA Nº 041/2025 COM BASE NO ARTIGO Nº 75, INCISO II DA LEI Nº 14.133/21

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos permanentes (câmeras e mesa controladora) para as atividades da Câmara Municipal de Arceburgo, conforme Termo de Referência (Anexo I).

PROPOSTA:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD.	VALOR UNITÁRIO MÉDIO	VALOR TOTAL MÉDIO
1	CÂMERA PTZ 4K TRANSMISSÃO AO VIVO HDMI, IP, USB, ZOOM20	unidade	02		
2	MESA CONTROLADORA CFTV E SPEED DOME	unidade	01		
3	BLACKMAGIC SWITCHER ATEM MINI PRO HDMI LIVE STREAMING	unidade	01		
VALOR TOTAL ESTIMADO					

Valor Global da Proposta:
Validade da Proposta: 60 dias
Razão social:
CNPJ:
Endereço:

Apresentamos nossa proposta conforme o Item e preço estabelecidos no Aviso de contratação.

Local, de de 2025.

Assinatura do Responsável
CPF

Obs.: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ, se houver.